

Aula 5

O MOVIMENTO OPERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

META

Propor um debate sobre o processo de esquecimento dos movimentos populares na história brasileira, a partir das representações sobre o movimento operário brasileiro, demonstrando a emergência de um novo ator político para além da República Oligárquica. Para tanto, escolhemos o filme *Os Libertários* (1976), de Lauro Escorel Filho.

OBJETIVOS

Analisar como o debate historiográfico se faz presente na narrativa fílmica sobre o movimento operário no início do século XX, especialmente através das obras de Boris Fausto, Warren Dean e Michael Hall;
Estimular o aluno a conhecer os movimentos sociais ao longo da História do Brasil;
Questionar a leitura da História do Brasil presente nos livros didáticos que omite a presença dos operários como sujeitos da sua própria história.

PRÉ-REQUISITOS

Leituras sobre o anarquismo na formação da classe operária brasileira na Aula 4.

Antônio Fernando de Araújo Sá

INTRODUÇÃO

Caro aluno! Estamos aqui mais uma vez para um breve diálogo! Que tal conversarmos um pouco sobre mais uma das páginas da história de nosso país? Na aula passada, trafegamos por um dos grandes episódios históricos brasileiros: a Guerra de Canudos; e pudemos compreender como a implantação da República no Brasil ocorreu de forma autoritária, sem a participação do povo, e de que modo isso acarretou uma série de revoltas populares.

Mas não pense que ficou só nisso não, vem mais por aí. Nesta aula vamos conhecer como ocorreu o processo de industrialização no Brasil subordinado aos interesses agrários e como isso influenciou o desenvolvimento desigual do movimento operário brasileiro. Vamos estudar a luta dos operários para sua consolidação como classe através da instituição dos movimentos sindicais. Assim, além de ler o conteúdo escrito, você deverá assistir ao filme *Os Libertários*, que retrata o movimento operário brasileiro, para responder a atividade proposta.

Como acreditamos que você é um aluno dedicado, temos a certeza de que cumpriu os pré-requisitos solicitados, pesquisando sobre o anarquismo na formação da classe operária brasileira, o que tornará essa aula mais produtiva. Quanto ao texto sobre o anarquismo na formação da classe operária brasileira (ver aula anterior), esperamos que você já o tenha lido, pois ele traz informações que enriquecem esta aula. Mas se não leu, volte algumas páginas e pare alguns minutos para essa leitura. Tenho certeza de que você vai gostar bastante. Depois disso, pode voltar para cá, estamos aguardando você para seguirmos em frente.

CLASSE OPERÁRIA

Ainda que houvesse a dominância político-ideológica do grupo de proprietários de terra, com as oligarquias agrárias, a Primeira República experimentou a emergência de um novo personagem na história da sociedade brasileira, seja do ponto de vista econômico, seja social, político e cultural: a classe operária.

Por entendermos que não se pode falar de uma “história operária” à parte do processo global da história, que é o da luta de classes (LEONARDI & HARDMANN, 1991, p. 252), faremos um breve relato do processo de industrialização no Brasil, pois seu caráter subordinado aos interesses agrário-exportadores determinou o próprio desenvolvimento desigual do movimento operário brasileiro.

Um aspecto que merece destaque é a formulação de táticas e estratégias diferenciadas, dissidências, luta pela hegemonia dentro do movimento operário, evidenciando uma diversidade, que muitas vezes é negada pela historiografia sobre o movimento operário da Primeira República, privilegiando, num primeiro momento, o anarcossindicalismo e, num segundo, o comunismo como seus únicos atores, “predeterminando uma consciência política ideal, transformando a classe operária na classe responsável pela redefinição radical da sociedade” (REZENDE, 1986, p. 7). Daí a importância de não construirmos uma nova mitologia da “história dos vencidos” em que se restringe a luta operária ao mundo dos partidos e sindicatos, pois a construção do contrapoder não se dá somente na luta cotidiana dos operários dentro das fábricas por melhores condições de vida e trabalho, mas também nas suas múltiplas manifestações culturais.

Para início de conversa, convém lembrar que esse processo não começou no início do século 20, remontando às práticas indígenas e à colonização portuguesa, “pois indústria significa a elaboração de matéria-prima para conveniente uso” (IGLÉSIAS, 1985, p. 7). Contudo, é nas primeiras décadas republicanas que a industrialização ganha maior impulso, apesar de a política econômica oficial manter-se voltada para as questões agrícolas. O carro-chefe dessa política é a proteção à produção cafeeira, que, por ser a grande geradora de receita, condiciona toda a economia, inclusive a industrial. Com a cultura do café, desenvolve-se a indústria de bens de consumo e mesmo de bens de produção. Todavia, a produção industrial não atinge todo o Brasil, restringindo-se praticamente ao eixo Rio de Janeiro e São Paulo, como fica patente no Censo de 1907, patrocinado pelo Centro



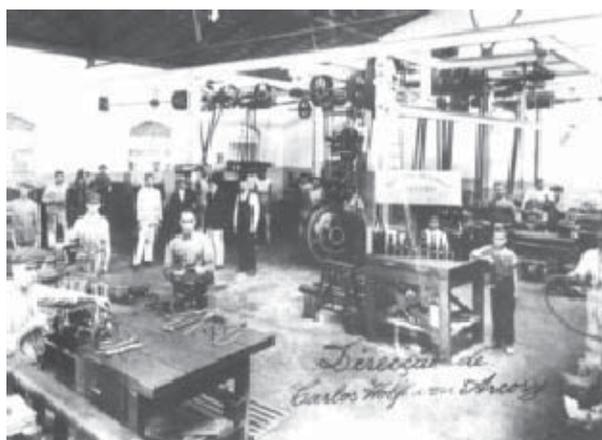
Desenho de operários da indústria têxtil na década de 1930.

Industrial do Brasil. Dos 3258 estabelecimentos industriais, com 151.841 operários, cerca de 33% fica na Capital Federal, 16% em São Paulo, 15% no Rio Grande do Sul, 7% no Rio de Janeiro. No inquérito fica também evidente o caráter reduzido das unidades no que se refere à produção, ao capital ou pessoas empregadas, predominando a indústria de alimentos, seguida pela têxtil (IGLÉSIAS, 1985, p. 65).

Tais números vão ser criticados por Warren Dean, no início dos anos de 1970, propondo que os números seriam maiores, ficando muito longe da realidade. Ao contrário do que era consagrado, como é o caso da obra clássica de Celso Furtado, o autor, em seu estudo da industrialização de São Paulo, sugere que a **Primeira Guerra Mundial** não representou um elemento de incentivo à industrialização e sim um obstáculo, pois limitava a importação de bens de capital e o aumento da capacidade produtiva das fábricas. Para ele, o comércio exportador do café impulsionou o desenvolvimento de ferrovias e, ao colaborar no aumento da renda interna, criou um mercado de produtos manufaturados. Ao mesmo tempo, a produção cafeeira fomentou o aumento da oferta de mão de obra, estimulando a imigração (DEAN, 1971).

Ver glossário no final da Aula

Contudo, é importante ressaltar que a relação entre o capital cafeeiro e o capital industrial se dava de modo contraditório, por conta da subordinação da indústria ao setor de exportação, que, por sua vez, era submisso ao capital internacional. Isto gerou, ao mesmo tempo, um incentivo ao desenvolvimento industrial e impôs também limites. Deste modo, o que se percebe é a complementaridade entre o setor agrário-exportador e o setor urbano-industrial e não um antagonismo como supunha a historiografia até os anos 1960 (GOMES & FERREIRA, 1989).



Cisper, década de 1920. Setor de manutenção das máquinas importadas dos Estados Unidos e seção elétrica (Fonte: <http://www.pilkington.com/resources/cisper1.jpg>).

No bojo do processo de industrialização, notamos um crescimento urbano e populacional, embora a parte ligada diretamente à indústria ainda fosse pequena, predominando estrangeiros que compunham a maioria do proletariado industrial no Brasil. Com a criação de instituições de caráter beneficente, recreativo ou como órgão de luta, as reivindicações operárias começam a ganhar corpo como veículos de afirmação de classe.

No Brasil, esta afirmação da classe operária, isto é, como classe “para si”, ganhou contornos definidos pela corrente anarcossindicalista, constituindo-se no setor mais organizado e combativo, capaz de unificar a classe e enfrentar os patrões e o governo. Estes militantes anarcossindicalistas, em sua maioria imigrantes europeus, lutam contra o regime capitalista, o Estado e toda forma de opressão, a

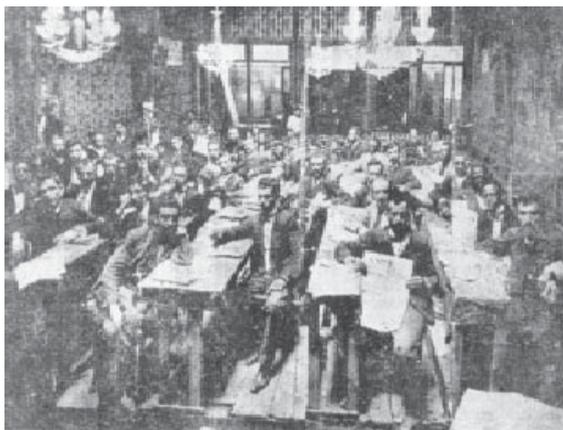
partir do sindicato como órgão de luta. Negando toda a autoridade que não seja de uma assembléia e todo poder delegado, eles recusam a organização centralizada, prefigurando o sindicato como base para a sociedade futura. Uma das maiores contribuições dos militantes anarcossindicalistas é a intervenção no ambiente cultural provinciano dos centros urbanos com uma intensa produção de jornais e centros de difusão e cultura.

Em livro clássico, Victor Leonardi e Foot Hardman exploram exatamente esta temática pouco abordada na historiografia sobre o movimento operário brasileiro: as manifestações culturais. Para eles, as explosões coletivas de classe articulam fenômenos culturais e fenômenos políticos, evidenciando a unidade dialética e a totalidade do movimento operário (LEONARDI & HARDMANN, 1991, p. 251-260). Uma das principais características da vida cotidiana da classe operária em formação no Brasil foi o convívio com o meio ambiente natural mais próximo. Era muito comum a realização de festas, piqueniques e excursões ao litoral promovidos pelos jornais operários ou associações de classe, especialmente aquelas ligadas à tendência libertária anarquista. Seu objetivo era juntar formas de lazer – música, jogos, teatro – com conferências de propaganda, debates políticos e palestras.



Entre essas manifestações culturais, o teatro operário ganhava destaque pelo seu viés eminentemente sócio-político sobre a luta de classes, baseado geralmente em peças de autores libertários de Portugal, Espanha, Itália, ou na tradição folhetinesca popular. Além do teatro, a imprensa operária era uma das mais decisivas atividades político-culturais, tanto por veicular em seus artigos denúncias das precárias condições de trabalho nas fábricas, quanto por trazer a poesia e o romance sociais em suas páginas. No âmbito da educação, os libertários investiram nas “escolas livres” e na Universidade Popular de ensino livre com o objetivo de lutar pela laicização do ensino, bem como por sua racionalização e universalidade.

No entanto, a classe operária brasileira não permaneceu limitada às iniciativas culturais dos núcleos dirigentes anarquistas ou social-democratas, vinculando-se a festas folclóricas, música popular, carnaval, jogos de rua, futebol, jogo do bicho, bandas de música etc. A organização do I Congresso Operário Brasileiro, em 1906, representou a consolidação da liderança anarquista no movimento operário no Brasil, mesmo não sendo majoritários no congresso. Suas teses prevaleceram sobre o modo de organizar a classe operária baseado no federalismo e na descentralização, no sindicato como



Primeiro Congresso Operário Brasileiro (COB), Rio de Janeiro, 1906. (Fonte: Trabalho e trabalhadores no Brasil. CPDOC, 2006. p. 144)

órgão de resistência e não com características assistencialistas, além da recusa da luta parlamentar e da organização do partido (SADER, 1980).

Podemos atribuir o êxito deste congresso à organização, em 1908, da Confederação Operária Brasileira (COB), composta por cerca de 50 associações de classe de todo o país. Entre suas atividades, destacam-se as manifestações públicas contra a Lei Adolfo Gordo, de expulsão dos operários estrangeiros, de apoio às greves, contra o militarismo e a solidariedade às lutas de outros países.

Após certo refluxo no período de 1909 a 1912, o movimento operário retoma com maior intensidade suas atividades organizatórias, em 1913, através da realização do II Congresso Operário Brasileiro, além de greves contra o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. O jornal *Voz do Trabalhador* desempenhou um papel fundamental na mobilização operária contra a Lei Adolfo Gordo, que resultou na organização, em setembro de 1913, do Segundo Congresso Operário Brasileiro, com a participação de 117 delegados de diversos estados (Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas, São Paulo). Nesse congresso foram reafirmadas as teses anarcossindicalistas do I Congresso Operário, tais como a ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo. (LEONARDI & HARDMANN, 1991, p. 272-273).

Ainda que estivesse em ascensão, a classe operária permanecia, ainda, com uma carência organizativa, enfrentando, além da repressão policial e judicial, a ideologia dominante, ancorada no xenofobismo e na colaboração de classe, cujos pilares eram a Igreja Católica e o patriarcalismo. Para os anarquistas, o anticlericalismo, o antimilitarismo e o internacionalismo proletário constituíam um projeto distinto da ideologia dominante.

Outras correntes também atuavam contra os anarquistas e anarcossindicalistas, como é o caso dos sindicatos amarelos, que pretendiam defender os interesses operários sem colocar em xeque a ordem capitalista. Em 1912, o governo de Hermes da Fonseca organizou um Congresso Operário oficialista no Palácio Monroe, dependências do próprio Senado da República, atraindo alguns ativistas sindicais da corrente amarela. O encontro foi dirigido pelo filho do Marechal Hermes da Fonseca, o tenente e deputado Mário Hermes, e



Manifestação operária no Rio de Janeiro, 1915. (Fonte: Trabalho e trabalhadores no Brasil. CPDOC, 2006. p. 108).

pelo dirigente sindical Pinto Machado. Todavia, a panfletagem dos militantes na entrada do “Congresso Pelego”, em que defendiam a independência sindical, afirmava que “a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores” (Leonardi & Hardmann, 1991: p. 278). As condições de exploração capitalista e de um regime político oligárquico favoreciam a hegemonia anarquista e anarcossindicalista dentro do movimento operário.

O **socialismo** se colocava no interior da classe operária numa perspectiva reformista e evolucionista, defendendo a organização de sindicatos e greves, a participação eleitoral e parlamentar. Em 1890, essa corrente criou o Partido Operário, que existiu, nominalmente, até 1892, quando foi realizado o I Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro. As resoluções desse congresso são definidas pela luta eleitoral e parlamentar, como podemos ver na defesa da eleição direta em todos os postos eletivos pelo sufrágio universal. Esse congresso também defendeu a determinação do salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho e proibição de trabalho para crianças menores de doze anos. Em 1902, foi realizado, em São Paulo, o Congresso Operário Brasileiro, com representantes de 37 corporações, geralmente localizadas na cidade de São Paulo, em que foi lançado um manifesto cujo conteúdo tratava de luta de classes e reivindicações de melhoria das condições de vida e trabalho. Apesar das dificuldades, a militância socialista publicou boa quantidade de periódicos, como *O Socialista*, *A Terra Livre* e, o principal deles, *Avanti*, com forte presença de intelectuais italianos (REZENDE, 1986, p. 9-10).

Ver glossário no final da Aula

A GREVE GERAL DE 1917

No primeiro momento de nossa aula, caro aluno, falamos sobre o surgimento de uma nova classe social no Brasil: a classe operária; e acompanhamos um pouco de seu desenvolvimento. Certamente você já estudou, durante o Ensino Médio, sobre a Primeira Guerra Mundial e as repercussões desse acontecimento em nosso país. Neste segundo momento, centraremos nossos estudos nas implicações dessa guerra em relação a essa nova classe.

A conjuntura política nacional é duramente afetada pela deflagração da Primeira Guerra Mundial, ocasionando o agravamento das condições de vida e trabalho da classe operária, especialmente a crescente carestia e o medo do desemprego. No período de 1914 a 1916, houve um refluxo do movimento sindical com a redução do número de greves e o recuo das atividades organizatórias de anarquistas e socialistas. Contudo, com a greve de 1917, em São Paulo, inicia-se um novo período de mobilização operária que se estenderia até 1920 (LEONARDI & HARDMANN, 1991, p. 279).

Vale ressaltar que outras greves irromperam nesse mesmo ano, em outras localidades do país, como nas cidades de Recife e Rio de Janeiro. Mas

foi em São Paulo que o movimento paredista alcançou uma repercussão mais efetiva, inclusive paralisando toda a cidade no período de 45 dias.



Funeral do sapateiro José Inêgues Martinez assassinado durante greve geral. São Paulo, 1917. (Fonte: Trabalho e trabalhadores no Brasil. CPDOC, 2006, p. 140)

Merece destaque a greve acontecida no Rio de Janeiro, quando em julho daquele ano, cerca de cinquenta mil operários paralisaram suas atividades e fizeram passeatas pela cidade, enfrentando a polícia (REZENDE, 1986, p. 19).

Com base no livro de Leonardi & Hardmann, faremos uma breve descrição da mobilização operária de 1917, em São Paulo, o que facilitará o desenvolvimento da atividade desta aula. A mobilização operária iniciou-se no mês de junho de 1917, em São Paulo, com greves localizadas em fábricas têxteis nos bairros da Mooca e Ipiranga.

Os grevistas reivindicavam melhores salários e melhores condições de trabalho, além da exigência da supressão da contribuição “pró-pátria” (campanha de apoio financeiro à Itália, desenvolvida por empresários italianos, resultando inclusive em descontos salariais como no caso do Cotonifício Crespi).

Em 9 de julho, a Força Pública reprimiu duramente a mobilização operária na frente da Tecelagem Mariângela, do grupo Matarazzo, resultando na morte do sapateiro anarquista Antonio Martinez. O cortejo fúnebre, no dia 11, saindo do Brás e se dirigindo ao centro da cidade, deflagra um movimento paredista que atinge toda a cidade de São Paulo, tornando-se uma greve geral, com apoio solidário da Federação Operária do Rio de Janeiro e a adesão de trabalhadores do interior paulista. A dimensão adquirida com a greve forçou os operários a organizarem o Comitê de Defesa Proletária, composto por militantes anarcossindicalistas (Edgard Leuenroth, Florentino Carvalho, Rodolfo Felipe, Francisco Cianci, Antonio Candeias, Gigi Damiani) e socialdemocratas como Teodoro Monicelli.



Greve operária em São Paulo, 1917. (Fonte: Trabalho e trabalhadores no Brasil. CPDOC, 2006, p. 121).

Acredita-se que cerca de 75 mil operários participaram desse movimento grevista. Mesmo com a feroz repressão policial, através de constantes choques entre operários e policiais, houve a necessidade de os empresários industriais criarem mecanismos de negociação, como foi o caso da Comissão de Jornalistas da grande imprensa paulista para mediar o conflito. O acordo foi fechado no dia 15 de julho, em grandes

comícios nos principais bairros operários de São Paulo (Brás, Ipiranga, Lapa), com a libertação dos operários presos, reajuste salarial de 20%, garantia de fiscalização do trabalho de mulheres e crianças e a promessa de não dispensa dos grevistas. Ainda que incipiente em relação às reivindicações protocolizadas, a greve pode ser considerada vitoriosa. Porém, dois meses depois, a burguesia industrial paulista, em conjunto com o aparato repressivo do Estado, deu início a uma ofensiva contra as lideranças operárias que se prolongou pelos anos posteriores. Mesmo assim, houve a publicação do decreto 1596, de dezembro de 1917, constituindo numa vitória da mobilização operária com a proibição do trabalho noturno de mulheres e crianças.

No período de 1917 a 1920, a conjuntura internacional favoreceu a ascensão do movimento operário brasileiro, marcada pela vitória da Revolução Russa em 1917, as revoluções abortadas na Alemanha e Hungria e o levante operário em Turim, Itália. No Brasil, registramos greves expressivas em 1919, no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Inclusive, em novembro de 1918, houve tentativa de levante armado anarquista no Rio de Janeiro, quando suas lideranças foram presas por delação à polícia. O fracasso da tentativa demonstra que as correlações de forças eram extremamente desfavoráveis à possibilidade de tomada de poder pelos operários, cujo sonho foi impulsionado pela vitória da Revolução Russa de 1917.

Os grevistas pediam melhores salários (o que ganhavam era insuficiente para cobrir as necessidades básicas), jornada de oito horas e seis dias por semana, proibição do trabalho para menores de 14 anos, entre outros direitos.

Deste período, destacamos a greve de 1919, em Recife, liderada por Joaquim Pimenta e Agripino Nazaré, que conseguiram a solidariedade da população urbana para resistir à repressão policial, paralisando toda a cidade durante uma semana. Como ressaltou Rezende (1986: p. 22-23), a participação de intelectuais reformistas como Joaquim Pimenta, dentro da luta operária na Primeira República, ainda merece um estudo mais profundo, pois tem vinculações com a montagem da legislação e com a política trabalhista de Vargas no pós-1930.

A CRISE DOS ANOS 1920 E O MOVIMENTO OPERÁRIO

O Terceiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, entre 23 e 30 de abril de 1920, ocorreu numa conjuntura de declínio da mobilização operária, inclusive com a deportação de vários militantes que estavam na organização do evento em 1919. Além disso, foi registrada

também a morte do operário Plácido de Albuquerque, por maus tratos recebidos no momento de sua chegada ao Rio de Janeiro. Contando com a participação de 150 delegados, representando cerca de 75 associações do Rio de Janeiro (Distrito Federal e Estado), São Paulo (capital e interior), Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amazonas e Pará, esse congresso manteve a prevalência das teses anarquistas, rejeitando a adesão à Internacional Comunista. Entre suas deliberações, temos a proposta de organização de um congresso operário sul-americano e a criação de comissões de “secretários excursionistas” para empreender viagens entre os estados e pelo interior. Assim, mesmo com toda a precariedade organizatória da classe operária, o movimento operário expressava-se nacionalmente e mantinha o internacionalismo como base de sua prática política.

As principais resoluções do 3º COB revelam o pouco avanço das conquistas operárias ante a repressão do Estado que, aliado à crise econômica dos anos 1920, à forte repressão policial e a uma nova legislação repressiva, impôs ao movimento operário uma fase de refluxo. Essa fase foi caracterizada pelo declínio das atividades grevistas, ao menos até o final do governo Artur Bernardes e pelo enfraquecimento da influência anarcossindicalista desencadeado, principalmente, com a crise política aberta com a criação do Partido Comunista, em 1922, mas também pela repressão às lideranças libertárias após a Revolta de 1924, em São Paulo.

A fundação do Partido Comunista no Brasil, em março de 1922, é produto da dissidência anarcossindicalista, que simpatizou com o sentido social e geral da Revolução Russa. A adesão de parte destas lideranças implicou na negação das concepções libertárias anteriores, ainda que, nos anos iniciais, não tivessem sido inteiramente abandonadas. Isto pode ser percebido na acusação de defesa de posições anarquistas por parte do delegado do PCB, Antonio Canellas, no IV Congresso da Internacional Comunista, em Moscou, o que o fez ser expulso do partido no seu retorno. Somente em 1924, o PCB seria aceito na Internacional Comunista (REZENDE, 1986, p. 25).

Todavia, o PCB estabelece certa renovação na base, com uma nova geração de militantes que, paulatinamente, substituiria os velhos militantes oriundos do movimento anarcossindicalista, o que ocorreu a partir do III Congresso, em 1928 (CARONE, 1979, p. 21).

Mesmo que, na década de 1920, não tenha havido uma ruptura qualitativa no quadro de organização do sindicalismo brasileiro, que continuava com a presença expressiva dos anarcossindicalistas, uma forte luta pela hegemonia se processava no interior do movimento operário, com outros



setores que se movimentaram no sentido de disputar a liderança sindical. Os “trabalhistas” (ou amarelos) tinham certa presença no proletariado carioca e os comunistas conquistavam algumas categorias profissionais no Rio de Janeiro e em alguns grandes centros urbanos. No final da década de 1920, também podemos perceber a emergência localizada dos trotskistas entre os trabalhadores gráficos de São Paulo.

Convém observar que, na crise da República Oligárquica da década de 1920, o movimento operário interveio na Revolta Tenentista de 1924 de forma autônoma, ainda que desorganizada, através de documento intitulado Moção dos Operários ao Comitê das Forças Revolucionárias, assinado por toda a liderança anarcossindicalista e encaminhado aos “tenentes” liderados por Isidoro Dias

Lopes. Entretanto, como veremos na Aula 7, os tenentes adotaram uma postura elitista e autoritária frente às reivindicações operárias. Curiosamente, a repressão ao levante militar implicou na deportação de cerca de novecentas pessoas – entre as quais importantes lideranças anarcossindicalistas – para a colônia penal de Clevelândia, na região do Oiapoque (LEONARDI & HARDMANN, 1991, p. 287-288).



Fundadores do Partido Comunista Brasileiro (março de 1922). De pé da esq. para a dir.: Manuel Cendon, Joaquim Barbosa, Astrogildo Pereira, João da Costa Pimenta, Luís Peres e José Elias da Silva. Sentados: Hermogênio Silva, Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro. (Fonte: <http://www.pco.org.br/ruicostapimenta/imagens/levante/pcb.gif>).



Capas dos livros Libertários do Brasil e A classe operária no Brasil.

CONCLUSÃO

Podemos dizer que a inserção do movimento operário no conjunto dos estudos sobre a Primeira República serviu para questionar determinada visão tradicional que identificava este período como reflexo do processo político oligárquico, dominado pelas oligarquias agrárias, diante da apatia dos trabalhadores urbanos.

Ao mesmo tempo, por entendermos que não se pode falar sobre o movimento operário à parte do processo global da história, que é o da luta de classes, inserimos esse movimento no âmbito do processo de industrialização no Brasil, demonstrando que seu caráter subordinado aos interesses agrário-exportadores acabou por determinar o próprio desenvolvimento desigual do movimento operário brasileiro.

Por fim, dentro da historiografia do movimento operário brasileiro construiu-se um quadro teórico que estabelece a classe operária como, necessariamente, revolucionária e que a única forma de verdadeira consciência de classe é a que assume esse papel revolucionário. Daí certa unanimidade em torno do papel desempenhado pelo anarquismo e, posteriormente, do comunismo, na formação da classe operária no Brasil, omitindo-se outras correntes reformistas que atuavam no movimento sindical, como socialistas, socialdemocratas, trabalhistas etc.



Com base nas reflexões desta aula, comente, em uma página, o filme *Os Libertários*, de Lauro Escorel Filho, identificando seu diálogo com a historiografia do movimento operário no início da República, especialmente aquele ligado à Greve Geral de 1917.

Não se esqueça de procurar informações sobre o diretor do filme, bem como o contexto histórico em que foi produzido.



Esta aula teve como finalidade evidenciar a emergência de um novo personagem na história da sociedade brasileira, tanto do ponto de vista econômico como do social, político e cultural: a classe operária. Dessa forma, além das diferenciadas táticas e estratégias das diversas correntes em luta pela hegemonia dentro do movimento operário, evidenciamos que

as expressões coletivas de classe articulam fenômenos culturais e fenômenos políticos. Vale ressaltar que essa diversidade é, muitas vezes, negada pela historiografia sobre o movimento operário da Primeira República, ao privilegiar, num primeiro momento, o anarco-sindicalismo e, num segundo, o comunismo como seus únicos atores, esquecendo-se de outras correntes político-ideológicas atuantes no seio do movimento sindical na Primeira República.

MANIFESTO ANTROPÓFAGO

Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.

xxx

Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.

xxx

Tupi or not tupi is the question.

xxx

Contra todas as catequese. E contra a mãe dos Gracos.

xxx

Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.

xxx

Estamos fatigados de todos os maridos católicos suspeitosos postos em drama. Freud acabou com o enigma mulher e com outros sustos da psicologia impressa.

xxx

O que atropelava a verdade era a roupa, o impermeável entre o mundo interior e o mundo exterior. A reação contra o homem vestido. O cinema americano informará.

xxx

Filhos do Sol, mãe dos viventes. Encontrados e amados ferozmente, com toda a hipocrisia da saudade, pelos imigrados, pelos traficados e pelos turistas. No país da cobra grande.

xxx

Foi porque nunca tivemos gramáticas, nem coleções de velhos vegetais. E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiro e continental. Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil.

Uma consciência participante, uma rítmica religiosa.

xxx

Contra todos os importadores de consciência enlatada. A existência palpável da vida. E a mentalidade pré-lógica para o Sr. Lévy-Bruhl estudar.

xxx

Queremos a revolução Caraíba. Maior que a revolução Francesa. A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem. Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem.

A idade do ouro anunciada pela América. A idade do ouro. E todas as girls.

xxx

Filiação. O contato com o Brasil Caraíba. Ou Villegaignon print terre. Montaigne. O homem natural. Rousseau. Da Revolução Francesa ao Romantismo, à Revolução Bolchevista, à Revolução Surrealista e ao bárbaro tecnizado de Keyserling. Caminhamos.

xxx

Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo. Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará.

xxx

Mas nunca admitimos o nascimento da lógica entre nós.

xxx

Contra o Padre Vieira. Autor do nosso primeiro empréstimo, para ganhar comissão. O rei-analfabeto dissera-lhe: ponha isso no papel mas sem muita lábia. Fez-se o empréstimo. Gravou-se o açúcar brasileiro. Vieira deixou o dinheiro em Portugal e nos trouxe a lábia.

xxx

O espírito recusa-se a conceber o espírito sem o corpo. O antropomorfismo. Necessidade da vacina antropofágica. Para o equilíbrio contra as religiões de meridiano. E as inquisições exteriores.

xxx

Só podemos atender ao mundo orecular.

xxx

Tínhamos a justiça codificação da vingança. A ciência codificação da Magia. Antropofagia. A transformação permanente do Tabu em totem.

xxx

Contra o mundo reversível e as idéias objetivadas. Cadaverizadas. O stop do pensamento que é dinâmico. O indivíduo vítima do sistema. Fonte das injustiças clássicas. Das injustiças românticas. E o esquecimento das conquistas interiores.

xxx

Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros. Roteiros.

xxx

O instinto Caraíba.

xxx

Morte e vida das hipóteses. Da equação eu parte do Cosmos ao axioma
Cosmos parte do eu. Subsistência. Conhecimento. Antropofagia.

xxx

Contra as elites vegetais. Em comunicação com o solo.

xxx

Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval. O índio vestido
de senador do Império. Fingindo de Pitt. Ou figurando nas óperas de
Alencar cheio de bons sentimentos portugueses.

xxx

Já tínhamos o comunismo. Já tínhamos a língua surrealista. A idade
do ouro.

Catiti Catiti

Imara Notiá

Notiá Imara

Ipeju.

xxx

A magia e a vida. Tínhamos a relação e a distribuição dos bens físicos,
dos bens morais, dos bens dignários. E sabíamos transpor o mistério
e a morte com o auxílio de algumas formas gramaticais.

xxx

Perguntei a um homem o que era o Direito. Ele me respondeu que
era a garantia do exercício da possibilidade. Esse homem chamava-se
Gaili Mathias. Comi-o.

xxx

Só não há determinismo onde há mistério. Mas que temos nós com
isso?

xxx

Contra as histórias do homem que começam no Cabo Finisterra. O
mundo não datado. Não rubricado. Sem Napoleão. Sem César.

xxx

A fixação do progresso por meio de catálogos e aparelhos de televisão.
Só a maquinaria. E os transfusores de sangue.

xxx

Contra as sublimações antagônicas. Trazidas nas caravelas.

xxx

Contra a verdade dos povos missionários, definida pela sagacidade
de um antropólogo, o Visconde de Cairu: - É a mentira muitas vezes
repetida.

xxx

Mas não foram cruzados que vieram. Foram fugitivos de uma
civilização que estamos comendo, porque somos fortes e vingativos
como o Jabuti.

xxx

Se Deus é a consciência do Universo Incriado. Guaraci é a mãe dos viventes. Jaci é a mãe dos vegetais.

xxx

Não tivemos especulação. Mas tínhamos adivinhação. Tínhamos Política que é a ciência da distribuição. E um sistema social-planetário.

xxx

As migrações. A fuga dos estados tediosos. Contra as escleroses urbanas. Contra os Conservatórios e o tédio especulativo.

xxx

De Williams James a Voronoff. A transfiguração do Tabu em totem. Antropofagia.

xxx

O pater familias e a criação da Moral da Cegonha: Ignorância real das coisas + sentimento de autoridade ante a prole curiosa.

xxx

É preciso partir de um profundo ateísmo se chegar à idéia de Deus. Mas o caraíba não precisava. Porque tinha Guaraci.

xxx

O objetivo criado reage como os Anjos da Queda. Depois Moisés divaga. Que temos nós com isso?

xxx

Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade.

xxx

Contra o índio de tocheiro. O índio filho de Maria, afilhado de Catarina de Médicis e genro de D. Antonio de Mariz.

xxx

A alegria é a prova dos nove.

xxx

No matriarcado de Pindorama.

xxx

Contra a Memória fonte do costume. A experiência pessoal renovada.

xxx

Somos concretistas. As idéias tomam conta, reagem, queimam gente nas praças públicas. Suprimamos as idéias e as outras paralisias. Pelos roteiros. Acreditar nos sinais, acreditar nos instrumentos e nas estrelas.

xxx

Contra Goethe, a mãe dos Gracos, e a Corte de D. João VI.

xxx

A alegria é a prova dos nove.

xxx

A luta entre o que se chamaria Incriado e a Criatura – ilustrada pela

contradição permanente do homem e o seu Tabu. O amor cotidiano e o modus-vivendi capitalista. Antropofagia. Absorção do inimigo sacro. Para transformá-lo em totem. A humana aventura. A terrena finalidade. Porém, só as puras elites conseguiram realizar a antropofagia carnal, que traz em si o mais alto sentido da vida e evita todos os males identificados por Freud, males catequistas. O que se dá não é uma sublimação do instinto sexual. É a escala termométrica do instinto antropofágico. De carnal, ele se torna eletivo e cria a amizade. Afetivo, o amor. Especulativo, a ciência. Desvia-se e transfere-se. Chegamos ao aviltamento. A baixa antropofagia aglomerada nos pecados do catecismo – a inveja, a usura, a calúnia, o assassinato. Peste dos chamados povos cultos e cristianizados, é contra ela que estamos agindo. Antropófagos.

xxx

Contra Anchieta cantando as onze mil virgens do céu, na terra de Iracema, - o patriarca João Ramalho fundador de São Paulo.

xxx

A nossa independência ainda não foi proclamada. Frase típica de D. João VI: - Meu filho, põe esse coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça! Expulsamos a dinastia. É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte.

xxx

Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama.

OSWALD DE ANDRADE

Em Piratininga

Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha

(Revista de Antropofagia, Ano 1, nº 1, maio de 1928)”. In: FONSECA, Maria Augusta. **Oswald de Andrade**: O Homem que Come. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Coleção Encanto Radical), p. 46-54.

REFERÊNCIAS

- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990.
- CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1971.
- GOMES, Ângela de C.; FERREIRA, Marieta de M. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.
- HARDMAN, Francisco F.; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2 ed., São Paulo: Ática, 1991.
- IGLÉSIAS, Francisco. **A industrialização brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Tudo é História, 98).
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado** (Documentos). v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RODRIGUES, Edgar. **Alvorada operária**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.
- REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Princípios).
- REZENDE, Antônio Paulo. Aspectos do movimento operário em Pernambuco: 1914-1920. In: **Memória & História: Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro**. n 2. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- SADER, Eder. Do anarquismo ao comunismo de Estado (1900-1929). In: LOWY, Michael et. al. **Movimento operário brasileiro (1900/1979)**. Belo Horizonte: Vega, 1980.

GLÓSSARIO

I Guerra Mundial: Este conflito armado teve início em 1914 e só terminou em 1918. Foram quatro anos de batalhas travados em trincheiras e campos de guerra. A Primeira Guerra Mundial teve como causas problemas entre as nações européias, principalmente, de ordens econômicas e políticas. Foram aproximadamente 10 milhões de mortos, o triplo de feridos, campos arrasados e cidades destruídas.

Socialismo: Conjunto de doutrinas que, tendo por objetivo o bem comum, preconizam uma reforma radical da organização social, mediante a supressão das classes e a coletivização dos meios de produção e de distribuição. Sistema político que põe em prática essas doutrinas